Ata da reunião ordinária do dia treze de agosto de dois mil e vinte e cinco, iniciada às oito horas e vinte e cinco minutos, após a constatação de quórum. A presidenta Teany cumprimentou todos, convidou a conselheira Surle para fazer uma oração, após, disse que os conselheiros Anedina, Lauro e Santina justificaram a ausência na reunião, colocou a Ata do mês de julho para aprovação e foi aprovada; informou sobre o ofício recebido da gestão com pedido de pauta, que é de envio da Ata ao Ministério Público, referente à autorização do Conselho de Saúde para a doação do prédio público municipal à instituição Santa Casa de Misericórdia, disse que enviaremos a resposta ao secretário, que não passou em nenhuma reunião, e nesse período o Conselho estava de recesso, e convidou o secretário de saúde Raul para falar sobre as pautas solicitadas. O secretário de saúde Raul disse que a primeira pauta é para respaldo do Conselho, devido a fala de um vereador na Câmara, com muitos questionamentos, o prédio é público, qualquer situação que queiram fazer a respeito de doação, locação, o Conselho tem que ter ciência, se o Conselho falar que não e der problema lá na frente, o Conselho não responde junto com a gestão, falei que o Conselho estava de recesso e teremos a audiência na sexta feira com o Marcelo Volpato e o juiz; sobre a segunda pauta falou da dificuldade que a secretaria passa, que o Fundo Municipal de Saúde é gestão plena, presta contas, envia dados mensalmente para o Ministério da Saúde, licitação é o pedido de compra ganhando o menor preço; a lei orgânica autoriza a secretaria de obras e a administração ser independente, hoje tudo que a saúde precisa tem que passar pela secretaria de administração que cuida de todos os setores da prefeitura; na saúde o setor está estruturado com pregoeira, contador, responsável pelo setor de compras, tem servidores que já trabalharam antes no setor e outros que admitimos no processo seletivo; quando assumimos a gestão havia várias licitações vencidas sem renovação, de fraldas, sonda, medicamentos, sem poder comprar, é uma demora de seis a oito meses, medicamentos são mais de duzentos itens para levantamento de preço com prazo para recurso; fizemos licitação de urgência e conseguimos comprar; vieram aqui o procurador, o controlador e o secretário de fazenda para avaliar a estrutura, ver se seria possível fazer aqui a licitação, compra, com a preocupação se havia pessoal para isso, se assustaram pois viram que a nossa estrutura é mais completa do que a administração, temos um setor específico para adiantar os processos, a ideia é deixar de ser moroso, voltar o que era anos antes, vai permitir maior agilidade nos processos da saúde e convidou todos para conhecer o setor. O conselheiro Wellington disse que ficou claro a questão da estrutura, a agilidade dos processos e está previsto na minuta o acompanhamento por parte do Conselho. A conselheira Michelini disse que o Conselho possa estar presente junto a essa equipe. O secretário Raul disse que está na lei essa participação e questionado pela conselheira Mirelly sobre residência médica, disse que o MEC não respondeu. A presidenta Teany perguntou quem concordava e a deliberação da volta para a gestão da Secretaria de Saúde foi unânime e pediu ao secretário que na solicitação de pauta colocasse para discussão e aprovação. O secretário Raul disse que sobre a pauta de deliberação sobre a formalização de Urgência e Emergência Adulta, a Santa Casa não teve interesse em manter o P.A. pelo mesmo valor, a gestão assumiu, fizeram a estrutura e o juiz mandou uma determinação para que o município assumisse o prédio onde era o P.A. e foi revogada a doação: sexta feira é o julgamento final para o prédio voltar para a prefeitura, e tudo que estava dentro, o prédio vale cinco milhões e os equipamentos aproximadamente vinte milhões que é do município; o juiz e o promotor pediram que apresentássemos propostas de situações que conseguiríamos trabalhar junto à entidade filantrópica, dia quinze vai ser a reunião e vão trazer para o Conselho o que ficou decidido, o P.A. novo teve mais de cinco mil atendimentos ao mês, acreditam ser o acesso fácil pela localização, colocamos em pauta para que se quiserem tirar do município novamente que passe pelo Conselho, mandei para o juiz a sugestão de um convênio com o governo do Estado e deixar como residência de psiquiatria a parte de urgência e emergência e algum atendimento ambulatorial do centro de apoio psicossocial que é o CAPS Transtorno, foi levado para o governo estadual e vieram aqui e na Santa Casa para conversar, há interesse do Estado que a Santa Casa seja referência em psiquiatria, quem conhece ou tem paciente em casa

1 2

3

4

5

6

7

8

9

10

1112

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

em surto vai para o Silvio Avidos, no meio de todos e acaba constrangendo outros pacientes, fazer a atenção psicossocial aqui, com a proposta para o Ministério Público de usar o espaço onde era o P.A. não só para álcool e drogas, transtorno também. A conselheira Mirelly disse que a insegurança é grande, fácil de fugir, os outros familiares e pacientes ficam com medo e pedem para trocar de enfermaria, não é estrutura de assistência ao paciente em surto, tem uma psiquiatra de sobreaviso que vai uma vez na semana para fazer medicação e avaliar, se o paciente precisar de avaliação para internação, tem que mandar com acompanhante ao HEAC em Vitória, em diferentes situações fiz laudo explicando porque o paciente estava sozinho, família idosa, outros filhos com transtorno para cuidar, mesmo assim, avaliavam e mandavam o paciente de volta. O secretário Raul disse que a ideia é deixar a referência da região norte e noroeste em Colatina e a região central e sul em Vitória, estão pleiteando o aumento de leitos de internação e estudando para assumir o infantil, só não tem espaço, mandamos para o Ministério da Saúde todo mês a relação dos pacientes atendidos e quando é terceirizado não tem esse faturamento. A conselheira Hanna disse que não podem encaminhar o paciente sedado, tem que ir em surto na ambulância para ter chance do paciente ser internado. A secretária Jacimara citou o caso de um parente mandado para Vitória, que se soltou, abriu a porta da ambulância, pulou, vindo a óbito. A conselheira Mirelly disse que relacionada à saúde mental infantil, no Hospital São José é o mesmo fluxo, mas vai para o HIMABA com a vaga regulada. A conselheira Michelini perguntou se a demanda vem do CAPS. O secretário Raul disse que a maioria vem do CAPS e UBS, e não podem negar atendimento que vem de outros municípios, a referência dentro do Estado de urgência e emergência psiquiátrica da região norte/noroeste é a Santa Casa, está no papel e não recebe para isso, pedi para tirar do site pois não somos referência ainda e no Estado é no HEAC-Hospital Estadual de Atenção Clínica antigo Adauto Botelho. A presidente Teany disse que no setor do vestuário estão tendo muitos casos de internação em Cachoeiro, citou um caso específico, disse que vai fazer uma semana de discussão com os setores e trazer para o Plano Municipal de Saúde, colocou em deliberação a gestão plena, todos concordaram e disse que fizeram visita ao Pronto Atendimento e tem muitos problemas. O secretário Raul disse que está estruturando um ambulatório na policlínica para os funcionários da prefeitura e vão divulgar. tiveram situações constrangedoras na assistência social e conversou com a secretária para no período da tarde por um mês deixar para esses funcionários com problemas; interessante colocar esses setores citados pela presidenta para direcionar as pessoas para esse atendimento mental, o problema hoje é psicólogo porque não dão alta; falou do curso que duas funcionárias fizeram para estruturar o Plano Municipal de Saúde, vamos fazer uma reunião com o Conselho e apresentar os pontos principais, a ideia é fazer uma semana de discussão com todos os setores da saúde para sugestões, vamos pedir pauta extra só para isso e colocar dentro do Plano. A presidenta Teany perguntou se todos entenderam e reforçou que a gestão já é plena e pediram deliberação. O secretário Raul disse que se alguém quiser tirar a gestão do município tem que passar pelo Conselho de novo, ter noção e aprovar, quando vira regra, decreto, lei, o Conselho começa ter autonomia de atitudes a serem tomadas. A presidenta Teany colocou para deliberação e todos concordaram; falou que a comissão de visita foi na UBS de São Silvano e tem muitos problemas. O secretário Raul disse que sabe, foi pessoalmente conversar, está buscando outro aluguel para tirar a Casa do Homem de lá, e dentro do programa do Ministério da Saúde, que já estava ano passado, está colocando a construção de uma nova UBS, hoje o problema é estar sem local para atendimento de especialidades, pediu que enviasse o relatório para respostas ou marcar para ir junto no local. A conselheira Marília disse ao secretário que está sendo questionada sobre as declarações que entrega, faz parte das comissões da CISTT e de Visitas, entregou seis declarações mês passado, vários conselheiros aqui estavam comigo, e está a serviço do Conselho, disse que à tarde está na UBS e pediu para ele conversar com o pessoal da APS. O secretário Raul disse que tem muitas questões envolvendo isso, tem mais de novecentos funcionários que participam de Conselhos e as ausências vieram só dela, a questão da

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

declaração foi consequência, tem várias ouvidorias por falta de atendimento e ausências, perguntei se queria falar sobre isso aqui para depois não dizer que estou te expondo, tem justificativa e relatório da enfermeira, coordenadora e paciente, foi chamada para conversar e explicar a situação, estar no Conselho voluntariamente é uma questão honrosa mas não pode refletir, duas, três declarações é uma coisa mas seis é outra; mas vamos conseguir resolver. A conselheira Surle perguntou sobre a construção da UBS do Centro que está parada. O secretário Raul disse que vai continuar, é uma verba estadual, a prestação de contas foi enviada e o Estado não repassou a parte das empresas que prestam o serviço, vão retomar também nos bairros Centro, Colatina Velha, Ayrton Senna e Colúmbia e agradeceu o espaço cedido. A conselheira Denise pediu que na próxima reunião a Arleide esteja presente para resolver questões sobre falas de medicação da reunião anterior e Arleide disse que pode colocar na pauta e colocou no grupo de watsApp a que se referia. A presidenta Teany disse que gostaria da presença dela na apresentação dos relatórios, que serão apresentados na próxima reunião para ajustes e convidou Ricardo da Silva, referência técnica de saúde mental do município para entender sobre o setor. Ricardo se apresentou cumprimentando todos, disse que é psicólogo, está como referência técnica em saúde mental da região central e lotado na Superintendência Regional de Colatina, veio a convite da Teany para falar da organização da rede de atenção psicossocial que é o CAPS que cuida da saúde mental; fez sua apresentação citando as Leis e Portarias, disse que a Lei 10216/2001 fala sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, veio para resgatar os direitos humanos, acabar com os manicômios pois as pessoas eram internadas, esquecidas e sofriam vários tipos de violência; falou do CAPS, da RAPS e do antigo NASF que foi descontinuado, mostrando no telão. A presidenta Teany pediu licença ao Ricardo e deu posse ao conselheiro Eduardo Ribeiro Morais com entrega de certificado. A conselheira Mirelly perguntou se o atendimento é direto ou matricial, qual a função da equipe multiprofissional e é importante ter um Plano Terapêutico. Ricardo disse que pode fazer as duas coisas, mas principalmente matricial para empoderar a equipe do território para não enviar os pacientes para outro local, para uma simples troca de receita o paciente não precisar ir para o CAPS; para o serviço de alta complexidade, une as regiões para dar o mínimo de população que garanta os serviços para todos utilizarem, para ser considerada região de saúde uma das regras é ter atenção psicossocial, uma RAPS funcionando: disse que setenta a oitenta por cento dos procedimentos de saúde poderiam ser resolvidos na Atenção Primária, é onde recebe menos recurso e faz a prevenção; o mais importante componente e porta de entrada da RAPS é a Atenção Primária, para identificar, acompanhar esses pacientes, que dão vários sinais como mudança de humor, dificuldade para dormir, agitação, irritação, perda de alguém próximo, relacionamento que terminou, orientação religiosa; quando há melhora param de tomar o medicamento e volta tudo; há o estigma e preconceito com essas pessoas que procuram as UBS e são informadas que são pacientes do CAPS, como se esses pacientes não tivessem pressão alta, dor de dente, dor de cabeça; lembrou que o usuário de saúde mental é mais vulnerável do que o restante da população a todas as outras doenças; foi contemplado no PAC do governo federal a implantação do CAPS I que Colatina não tem, o Estado está com um programa Estrutura RAPS com edital para o segundo semestre, de construção de CAPS nos municípios que não tem sede própria e Colatina está contemplada, segundo o secretário estadual de saúde; os leitos da Santa Casa são regulados pelo Estado, o ideal seria ter regulação própria para o paciente ter acesso mais fácil; a visita de familiar é importante para a recuperação, não se faz saúde mental sem contato com a Assistência Social, são pacientes de maior vulnerabilidade social, Colatina tem muita coisa em saúde mental só que fragmentada, teria que ter um coordenador de saúde mental para articular os CAPS, a rede de Atenção Primária, ter o grupo condutor municipal da RAPS para elaborar e ter o fluxo desenhado, disse que na Santa Casa tinha dez leitos, abriram mais dez e o Estado abriu vinte e cinco leitos no HIMABA, a Santa Casa está em processo de habilitação e o Estado paga esses leitos com os valores compatíveis da portaria que regulamenta os leitos de saúde mental do Ministério da Saúde, habilitando, o recurso viria do Ministério da Saúde; o papel do Estado é fomentar as políticas, deve-se incluir no Plano de Saúde Mental as propostas para o Plano Municipal

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163	de Saúde; chamar a Assistência Social, o Ministério Público, para participar das reuniões e conhecer o fluxo. A conselheira Maria Carolina perguntou se tem no CAPS profissionais que acompanham as crianças, jovens e idosos que a família pega de volta na questão das internações com autismo severo. Ricardo disse que não é a área dele, que sobre o autismo, deficiência intelectual, tem o programa SERDIA, que o Estado e o município em parceria faz o atendimento com respeito à reabilitação, quando estão em crise que envolve o atendimento com psicólogo e psiquiatra é a integração da rede, o profissional que atende aciona a Assistência Social; semana passada esteve uma equipe da SESA vendo a possibilidade de ampliação dos leitos na Santa Casa e agradeceu pelo espaço cedido. A presidenta Teany disse que é importante a construção do CAPS I, agradeceu a presença de todos, finalizou a reunião às dez horas e vinte e sete minutos e eu Jacimara, secretária do conselho, lavrei a presente ata, a qual assino com a presidenta e demais conselheiros. Teany Moreira (Presidenta)
164	Wellington Schmild (Vice-Presidente)
165	Maria do Carmo Oliveira Cossi (Tesoureira)
166	Michelini dos Santos Sobrinho Ramos (Secretária Mesa Diretora)
167	Jacimara Braga Zanchetta Galdino (Secretária Executiva)
168	ASSINATURA DOS CONSELHEIROS PRESENTES
169	Arleide Brandão Braga (SEMUS/Titular)
170	Denise Custódio (UNASCOL/Titular)
171	Hanna de Melo (SINDSAÚDE/Suplente)
172	Iraci Virginia Gomes (Mitra Diocesana/Suplente)
173	João Antonio Guedes (Sindicato Rural/Suplente)
174	José Ailton Pereira (SINDPREV/Titular)
175	Maria Carolina Santos (ACDV/Suplente)
176	Marília Cruzio Avelino (SISPMC/Titular)
177	Mirelly Pereira Manzini (SINDSAÚDE/Titular)
178	Raquel Rezende Ronchetti (iNOVA/HMSA/Suplente)
179	Surle Sousa Lemos Ribeiro (APLIC/Titular)
180	Zulene Passos Avancini (APAE/Titular)
181	CONVIDADOS
182	Eduardo Ribeiro Morais (iNOVA/HMSA)
183	Ricardo da Silva (Superintendência Regional)
184	Raul Edmo Teixeira Amiti (Secretário Municipal de Saúde)
185	Milena A. Lopes Nascimento (ICEPI/APAE)
186	Thiago S. Damasceno (ADAI)
187	Guilherme A. Barroso (ADAI)
188	Lucia Helena Cesar Bezerra (Referência CISTT)